

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.660 - RJ (2019/0152609-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **CODERE DO BRASIL ENTRETENIMENTO LTDA**
ADVOGADOS : **ANA PAULA LISBÔA LOBÃO - RJ125231**
 LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS - RJ147950
 MICHEL SCHIFINO SALOMÃO - SP276654
AGRAVADO : **CESAR ROCHA RIGO**
ADVOGADO : **EDUARDO LUIZ DE SOUZA BARRETO - RJ047186**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (art. 1.042 do CPC/2015) interposto contra decisão (e-STJ fls. 119/121) que inadmitiu o recurso especial em virtude da impossibilidade de análise de matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 44):

Agravo de instrumento contra decisão que, considerando que a matéria discutida na ação proposta contra a Agravante refere-se a relação de consumo, inverteu o ônus da prova em seu desfavor. Agravado que propôs ação de conhecimento objetivando indenização por danos material e moral que teria sofrido com a aposta em corridas de cavalo, na modalidade "PICK 4", alegando que ganhou e quando se dirigiu ao guichê para recebimento de seu prêmio, foi informado de que a corrida havia sido cancelada pela Agravante e por seu agente credenciado, Jockey Club Brasileiro. Relação de consumo evidenciada na prestação de serviços de intermediação de apostas. Inversão do ônus da prova que constitui direito básico do consumidor. Fornecedor do serviço que tem o ônus da prova das excludentes de sua responsabilidade. Inteligência dos artigos 3º, § 2º, 6º, inciso VIII e 14, § 3º da Lei 8.078/90. Precedentes do TJRJ. Desprovisionamento do agravo de instrumento.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 80/82).

No recurso especial (e-STJ fls. 84/101), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a parte recorrente alegou violação dos seguintes dispositivos legais:

(a) art. 3º, § 2º, 4º, 6º, VIII, do CDC, sustentando inaplicabilidade do CDC e impossibilidade de inversão do ônus da prova no caso concreto,

(b) arts. 72, 373, I, 987, § 1º, e 1.023, § 2º, do CPC/2015, requerendo que o autor produza a prova referente aos fatos constitutivos de seu direito.

No agravo (e-STJ fls. 136/146), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

A parte recorrida apresentou contraminuta (e-STJ fl. 149).

É o relatório.

Decido.

A recorrente apontou, de forma genérica, ofensa aos arts. 72, 987, § 1º, e 1.023, § 2º, do CPC/2015, sem indicar de que modo o dispositivo teria sido ofendido ou como a Corte local lhe teria negado vigência. Dessa maneira, a fundamentação recursal mostra-se deficiente

e atraí a aplicação, por analogia, da Súmula n. 284/STF.

O TJRJ assentou (e-STJ fls. 45/48):

Examinando os termos da petição inicial da ação proposta pelo Agravado, verifica-se que sua pretensão é de indenização por danos material e moral que teria sofrido com a aposta em corridas de cavalo, na modalidade "PICK 4", alegando que ganhou e que, quando se dirigiu ao guichê para recebimento de seu prêmio, foi informado de que a corrida havia sido cancelada pela Agravante e por seu agente credenciado, Jockey Club Brasileiro.

Está, assim, na prestação de serviços realizada pela Agravante, configurada relação de consumo nos termos do que dispõe o artigo 3º, § 2º da Lei 8.078/90.

A inversão do ônus da prova, direito básico do consumidor consagrado no artigo 6º, inciso VIII da Lei 8.078/90, é uma regra de natureza processual que, a critério do Juiz, permite-lhe equilibrar a posição das partes no processo, ante a verossimilhança das alegações do consumidor ou a verificação de sua hipossuficiência.

Em outras palavras, a citada norma legal permite ao julgador assegurar a igualdade entre as partes, impondo-se a sua aplicação, neste caso, em atenção ao princípio da vulnerabilidade técnica do consumidor.

Com efeito, o Agravado pode ser considerado hipossuficiente, para os fins da inversão requerida, eis que a hipossuficiência de que trata a norma legal não é a mera diferença, inclusive econômica, entre as partes, mas a desigualdade, concretamente estabelecida, que impossibilite o consumidor de produzir prova dos serviços prestados pela Agravante e do cancelamento da corrida que é objeto da controvérsia, o que, in casu, ficou configurado.

Dessa forma, é de se concluir pela existência dos pressupostos autorizadores do deferimento da inversão do ônus da prova em favor do consumidor, sendo certo que, somente quando da prolação da sentença será possível verificar os efeitos dessa inversão.

[...]

Ressalte-se, outrossim, que a inversão do ônus da prova decorre também do disposto no artigo 14, § 3º da Lei 8.078/90 que prevê que incumbe ao fornecedor o dever de provar as excludentes de sua responsabilidade, quais sejam, a inexistência do defeito e o fato exclusivo do consumidor ou de terceiro.

A modificação da conclusão exarada no acórdão recorrido – quanto à aplicabilidade do CDC, à inversão do ônus da prova e ao exame acerca da efetiva comprovação dos fatos constitutivos do direito alegado pelo autor em juízo – demandaria necessariamente o reexame do conjunto de fatos e provas do respectivo processo, o que é vedado no âmbito do recurso especial, em decorrência do disposto na Súmula n. 7/STJ.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator